

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.234.026 - SP (2018/0006185-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **CAIO DE CAMARGO NEVES**  
**AGRAVANTE** : **MARIA CHRISTINA FONSECA DE CAMARGO NEVES**  
**AGRAVANTE** : **MARINA HELENA FONSECA DE CAMARGO NEVES**  
**AGRAVANTE** : **VERA LUCIA FONSECA DE CAMARGO NEVES**  
**ADVOGADO** : **ADELENE VIRGINIA LASALVIA E OUTRO(S) - SP253792**  
**AGRAVADO** : **CLUB ATHLÉTICO PAULISTANO**  
**ADVOGADO** : **EURO BENTO MACIEL - SP024768**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015 POR OMISSÃO. NÃO VERIFICADA. VIOLAÇÃO AO DIREITO ADQUIRIDO DAS DEPENDENTES DE SÓCIO REMIDO. INOBSERVÂNCIA DOS ARTS. 6º DA LINDB, 55 E 58 DO CÓDIGO CIVIL. *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM*. DESCONSIDERAÇÃO DAS CARTAS ENVIADAS PELO RECORRIDO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. CONCLUSÕES DO TRIBUNAL DE ORIGEM EMBASADAS NA ANÁLISE DO ESTATUTO DO CLUBE. INVIÁVEL A REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em desfavor da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que negou seguimento ao recurso especial de Caio de Camargo Neves, Maria Christina Fonseca de Camargo Neves, Marina Helena Fonseca de Camargo Neves e Vera Lúcia Fonseca de Camargo Neves contra o acórdão da Corte estadual cuja ementa é a seguinte (e-STJ, fl. 2.185):

DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Ação julgada improcedente e reconvenção procedente - Genitor que é sócio titular do clube réu - Isenção de contribuição associativa a filhas solteiras - Inadmissibilidade - Inexistência de direito adquirido - Suposto direito não foi garantido estatutariamente, podendo, então, ser modificado a qualquer tempo - Pretendida isenção que coloca em desvantagem os demais sócios, comprometendo a capacidade de decisão da entidade, bem como sua organização financeira - ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA - Fixação de verbas de sucumbência à parte beneficiária da gratuidade judiciária - Possibilidade - Permanece a isenção à exigibilidade da condenação

imposta enquanto durar a condição de necessitado, no período de cinco anos - Inteligência dos arts. 11 e 12, da Lei nº 1060/50 - Condenação carreada aos autores/reconvindos na ação e na reconvenção - Sentença reformada, nesse particular - Recurso dos autores desprovido e do réu provido.

Os recorrentes opuseram embargos declaratórios, que foram rejeitados pelo Tribunal paulista (e-STJ, fl. 2.234):

Embargos de declaração: 1) Alegada omissão - Vício inexistente - Mera discordância com o resultado do julgamento - 2) Prequestionamento - Inadmissibilidade - Observância do art. 1025, do Código de Processo Civil/2015 - Embargos rejeitados.

No recurso, sustentaram, preliminarmente, que o acórdão dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 2.245-2.249) é nulo, pois não esclareceu as omissões apontadas por eles, que eram pertinentes ao deslinde da causa. São elas: i) a apreciação dos arts. 166, IV, do Código Civil e 371, 374, III e IV, 412, parágrafo único e 415, III, do CPC/2015; ii) as cartas que confessam o reconhecimento do direito adquirido; iii) a nulidade do "ato de gestão" sem o aval do Conselho Deliberativo; iv) análise da abrangência do Estatuto de 1981, em especial dos arts. 31, 36, 37 e 56, §§ 1º e 2º, à luz dos arts. 6º da LINDB, 55 e 58 do Código Civil.

No mérito, argumentaram que a cobrança de mensalidade das filhas solteiras e dependentes dos sócios do clube ora recorrido violou o direito adquirido previsto no art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), bem como os direitos dos associados garantidos pelos arts. 55 e 58 do Código Civil. Afirmaram que as filhas dependentes do sócio só passaram a ser cobradas em janeiro de 1982, após alteração do estatuto social, pois antes disso, essa disposição jamais constou nas regras da associação.

Acrescentaram que a conduta do recorrido caracteriza um *venire contra factum proprium*. Afirmaram que o acórdão não observou os arts. 113 e 422 do Código Civil, uma vez que o entendimento exarado atenta contra a boa-fé objetiva, pois o direito de cobrar mensalidade das filhas solteiras do sócio remido já não mais existia (*supressio*). Também aduziram desobediência aos arts. 111 do Código Civil e 412 do CPC/2015, pois o

Tribunal de origem ignorou o conteúdo das cartas em que o recorrido reconhece o direito adquirido dos recorrentes, enquanto dependentes de um sócio remido.

Também apontaram dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e um precedente da Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça sobre o reconhecimento de um direito adquirido. Pugnaram pelo provimento do recurso especial, para que seja reconhecida a nulidade do acórdão e determinada a análise das apontadas omissões, ou, subsidiariamente, que seja reconhecida a nulidade do ato de gestão e mantido o direito adquirido dos recorrentes.

Foi também interposto recurso extraordinário (e-STJ, fls. 2.281-2.306).

Contrarrazões às fls. 2.338-2.357 (e-STJ).

O recurso especial não foi admitido na origem, ensejando a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, verifica-se que a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não ficou configurada, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

O Colegiado estadual, ao ratificar a sentença, consignou a legalidade da cobrança das contribuições associativas, aos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 2.188 - sem grifos no original):

Em detida análise dos autos, verifica-se que o primeiro autor adquiriu

o título familiar do Club Atlético Paulistano em dezembro de 1959 (cf. fls. 51), ocasião em que era casado e pai de Maria Christina, nascendo suas filhas Regina Maria e Maria Christina nos anos de 1962 e 1966, respectivamente.

Em análise do Estatuto supramencionado, editado em 15.09.1955 (cf. fls. 67/148) verifica-se que o artigo oitavo permitiu aos familiares do sócio remido a isenção do pagamento de contribuição: “Art. 8º - Podem frequentar o Clube, independentemente de qualquer pagamento, as famílias dos sócios beneméritos, honorários, remidos e contribuintes das Classes A e B.” (cf. fls. 70). **Contudo, o Estatuto posterior, editado em 07.04.1964 (cf. fls. 1177/1227), alterou a disposição relativa à isenção para os familiares, que deixou de existir, de acordo a redação dada ao artigo 55, nos seguintes termos: “Os sócios Honorários e Remidos são dispensados de contribuição; os demais pagarão de acordo com o que for de determinado para as suas Categorias” (cf. fls. 1195). Neste ponto, de se ressaltar que o artigo 29, dispôs que: “Familiar é o sócio cuja família tem direito de frequentar o clube” (cf. fls. 1182). Portanto, de se concluir que o novo estatuto manteve o direito de as filhas solteiras dependentes frequentarem o clube, porém suprimiu o exercício de tal direito sem pagamento de contribuição, sendo certo que, por mera liberalidade o clube não cobrou quaisquer valores até 2013, já que não havia deliberação expressa concedendo a gratuidade.** Ademais, neste particular cumpre assinalar que o suposto direito não foi garantido estatutariamente, podendo, então, ser modificado a qualquer tempo. Além disso, a isenção tal como se pretende ver reconhecida, coloca em desvantagem os demais sócios, comprometendo a capacidade de decisão da entidade, bem como sua organização financeira.

Ao que se depreende das razões expendidas, constata-se que as conclusões do acórdão recorrido (quanto à regularidade da cobrança efetuada ante a ausência de disposição estatutária ou deliberação em assembleia no sentido de estarem as dependentes femininas solteiras dos sócios remidos permanentemente isentas de contribuições sociais e à inexistência de direito adquirido) decorreram da interpretação do estatuto de associação e do exame do conjunto fático-probatório dos autos como um todo, de modo que a alteração das premissas alcançadas encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Impende ressaltar, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, que a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73.DECISÃO MANTIDA. DANOS ORIUNDOS DA DEMISSÃO DE EMPREGADOS DE SOCIEDADE CONTROLADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E DE CLÁUSULAS DO ESTATUTO SOCIAL. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO DE MULTA POR SEGUNDOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS NA ORIGEM (ARTS. 538 E 557 DO CPC/73). DECISÃO MANTIDA.PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Rejeita-se a alegação de vulneração ao art. 535 do CPC/73, quando o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

2. Rever a convicção formada pelo Tribunal de origem, acerca de eventuais perdas e danos decorrentes de determinada conduta, bem como as razões de convencimento que embasaram o julgamento antecipado da lide na origem, importaria, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. A rediscussão de disposições do estatuto social é providência incompatível com o recurso especial, a teor da Súmula 5/STJ.

4. É cediço no âmbito jurisprudencial desta Corte Superior que os segundos embargos de declaração opostos na origem com nítido caráter protelatório ensejam a aplicação de multa. Precedentes.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 26.718/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 14/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.REAVALIAÇÃO DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS.INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual, ou incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu, com base no estatuto social da agravada e nas demais provas dos autos, não ter havido ato ilícito da recorrida que gerasse o dever de indenizar. Decidir de modo contrário demandaria reexame de matéria fática, vedado em recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1251962/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Considerando o disposto no art. 85, §§ 1º e 2º, do CPC/2015, fixo honorários recursais para os patronos do recorrido em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observada a gratuidade de justiça deferida aos recorrentes (e-STJ, fl. 1.050).

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator